

A mudança de paradigma do Papa Francisco. Continuidade ou ruptura na missão da Igreja?



José Antonio Ureta, fazendo um balanço dos cinco primeiros anos deste pontificado, aponta um quadro inquietante, que constitui uma mudança de paradigma nos usos, costumes, instituições e no Magistério de sempre da Igreja.

A mudança de paradigma do Papa Francisco. Continuidade ou ruptura na missão da Igreja?

Adelante la Fé, 07 de dezembro de 2018.

Roberto De Mattei.

[].

Tradução. Bruno Braga.

Apresentação do livro de José Antonio Ureta.

Falamos sobre um assunto de enorme importância, eu gostaria de ressaltar.

Em geral, nos agrada falar sobre aquilo que constitui nossa maior preocupação. Por natureza, uma mãe tende a falar dos seus filhos, já que são o bem mais amado por ela, e mesmo quando não fala deles, não deixa de tê-los sempre presentes em seus pensamentos.

Existem os que falam apenas da própria saúde, e não pensam em outra coisa. Refiro-me à saúde física, porque hoje em dia esquecemos que temos alma.

Há quem fale somente de comida, afinal de contas se cria a partir do que se come, e a comida se transforma no horizonte dos próprios interesses.

São esses os temas de conversa mais habituais, exceto o futebol, que é o meio pelo qual frequentemente os italianos (e não só eles) fogem da realidade.

De política já não se fala com tanta paixão como em outros tempos, porque se perdeu o sentido do bem comum.

E pouco ou nada se fala da Igreja e de seus problemas. Na Itália, o homem na rua não gosta desses temas; eles o aborrecem e às vezes o tiram do sério, pois vive imerso no ateísmo prático.

Já passou o tempo do ateísmo radical, do anti-clericalismo raivoso. O ateísmo penetrou em nosso organismo e circula por nossas veias como resultado de um trabalho de secularização sistemática da sociedade, proposta e levada a cabo pela nova esquerda gramsciana.

Por esse motivo, felicito os organizadores desta conferência, que confirma que restam pessoas imunes ao secularismo ainda muito ativo. Com a nossa presença, manifestamos que espiritual

e culturalmente estamos vivos, que não nos sufocou o miasma tóxico da secularização, e isso é motivo de otimismo frente ao nosso futuro.

Um futuro que o livro de José Antonio Ureta, *El cambio de paradigma del papa Francisco ¿Continuidad o ruptura en la misión de la Iglesia?* (tradução livre: “A mudança de paradigma do Papa Francisco. Continuidade ou ruptura na missão da Igreja?”) contribui para iluminar. Obra que aprecio por duas razões fundamentais:

A primeira é que nos apresenta um balanço sintético, mas claro e preciso, do que fez o Papa Francisco nos seus cinco anos de pontificado.

É um quadro inquietante que constitui, como formula o autor, uma mudança de paradigma, isto é, uma solução de continuidade nos usos, costumes, instituições e no Magistério de sempre da Igreja. Uma mudança de paradigma que talvez não seja patente em cada gesto e discurso de Francisco, mas que se mostra irrefutável tendo-se em conta esses gestos e atos em seu conjunto, no contexto de cinco anos de pontificado.

Pode ser que para alguns tenha bastado um “boa tarde” ou um “quem sou eu para julgar?” para intuir que algo está errado. Mas a maioria dos católicos aceitou o Papa Francisco sem muita dificuldade e evitou todo o debate sobre as consequências do seu pontificado. Este livro é importante sobretudo para fazer ver a realidade a quem não quer vê-la, a quem prefere deixá-la de lado, a quem deseja se convencer de que tudo continua normal e em ordem como sempre.

A segunda razão que torna tão importante este livro é que, se nos nove primeiros capítulos ele nos apresenta um balanço exaustivo da mudança de paradigma, as últimas vinte páginas – o capítulo dez e a conclusão – são uma proposta de como devemos agir nesta dramática situação. Ureta nos oferece uma solução equilibrada.

Quando estamos submetidos a graves tensões, é difícil manter o equilíbrio. E uma das virtudes mais necessárias na crise que vive atualmente a Igreja é o equilíbrio. O equilíbrio é necessário para manter-se de pé. Quem perde o equilíbrio, cai; quem está de pé, resiste. Hoje em dia é impossível resistir sem manter-se em equilíbrio.

Pode-se dizer que o equilíbrio é, junto com a virtude da paciência, a virtude dos fortes. O equilíbrio é uma fortaleza prudente, ou uma prudência forte. Quem age de modo impaciente, desequilibrado ou desordenado, se distancia da verdade e da paz interior, que é a tranquilidade na ordem.

Manifesta desequilíbrio quem diz: “Prefiro equivocarme com o Papa a ter razão sem ele”. Também é sinal de desequilíbrio afirmar: “Pois se o Papa está enganado e me engana, isso quer dizer que não é Papa”.

A postura de José Antonio Ureta, com a qual compartilhamos, é equilibrada, porque se baseia na distinção fundamental entre a Igreja, que é santa e imune a todo erro, e os homens da Igreja, que podem pecar e errar. A infalibilidade está reservada ao Papa, somente quando instrui em determinadas condições, ou ao Magistério ordinário, quando reitera com continuidade e coerência as verdades imutáveis da Igreja.

Na última entrevista que concedeu ao *LifeSiteNews*, o Cardeal Müller disse: “O magistério dos Bispos e do Papa está subordinada à Palavra de Deus tal como esta se encontra nas Escrituras e na Tradição, e deve estar a serviço de Deus. Não é católico crer que o Papa é alguém que pode receber a Revelação diretamente do Espírito Santo e pode interpretá-la a seu gosto, enquanto os fiéis o seguem sem dizer uma palavra”.

Se as autoridades eclesiais ensinam o erro, é lícito resistir a elas, e o direito à resistência se transforma em dever, quando está em jogo o bem comum. Esse é o exemplo que nos deu São Paulo (Gal. 2, 11).

Nem sempre basta resistir. Existem situações em que devemos manifestar nossa resistência suspendendo toda convivência habitual com os maus pastores. Neste caso, também é necessário o equilíbrio. Não falamos de afastar-se juridicamente dos maus pastores. Falamos de uma separação espiritual e moral, que põe em dúvida no plano jurídico a legitimidade de quem governa a Igreja. José Antonio Ureta estabelece uma comparação precisa com a separação, reconhecida pelo Código de Direito Canônico, em que um homem e uma mulher deixam de viver juntos sem se divorciarem ou declarar inválido o seu matrimônio.

Se as autoridades eclesiais aplicassem sanções canônicas aos que seguem fiéis à Tradição, provocariam uma divisão formal na Igreja. A responsabilidade pela ruptura, nesse caso, recairia sobre as autoridades, que fazem uso ilegítimo dos seus poderes, e não sobre os que, respeitando o direito canônico, se limitam a seguir fiéis ao batismo que receberam.

A reação a essas eventuais sanções não deveria ser afirmar: “Como me condena, isso quer dizer que não é o Papa”, mas: “Embora essas sanções sejam injustas e ilegítimas, até que se prove o contrário, continua sendo o Papa legítimo”. “Até que se prove o contrário” significa que ainda que um Pontífice possa perder o seu cargo por diversas razões, incluindo a heresia, essas razões devem ser irrefutáveis. A heresia e também a invalidade da uma eleição devem ser manifestas e notórias a toda a Igreja, porque a Igreja é uma sociedade visível e não uma congregação invisível como as seitas protestantes. Para que se possa falar em heresia notória e manifesta, não basta que o Papa professe ou favoreça publicamente a heresia. É necessário que esta seja percebida como tal pela opinião pública católica. Que os Bispos, e sobretudo os Cardeais, que são os eleitores e conselheiros do Papa, constatem essa realidade e, em consequência, entrem em ação. Enquanto não o fazem, deve-se considerar que o Papa é legítimo.

Isso é equilíbrio. Mas é apenas uma parte de um problema muito

mais amplo, e que não pode evitar esta pergunta de fundo: como chegamos a essa situação? Como chegamos à necessidade de ter que imaginar a possibilidade de nos separar inclusive do Pastor Supremo, que atualmente é Jorge Mario Bergoglio, o primeiro Papa com o nome Francisco?

Permitam-me que neste ponto eu vá mais além do livro de José Antonio Ureta, mas estou convencido disso, animado pelo mesmo espírito.

Não podemos pensar que o fim do pontificado de Francisco significará o fim da auto-demolição da Igreja.

Em 2012, um ano antes de renunciar o pontificado, Bento XVI quis fazer coincidir o Ano da Fé com o cinquentenário de abertura do Concílio Vaticano II, com a esperança de que os textos que nos chegaram dos padres conciliares fossem “conhecidos e assimilados como textos qualificados e normativos do Magistério, dentro da Tradição da Igreja”. Essa tese – chamada de *hermenêutica da continuidade* – é o fio condutor de seu pontificado desde o seu célebre discurso à Cúria Romana, em 22 de dezembro de 2005, até o seu último discurso, e o menos conhecido, mas nem por isso menos importante, o discurso de 14 de fevereiro de 2013 ao clero de Roma.

Nesses discursos, Bento XVI reconhece o vínculo entre a crise atual da fé e o Concílio Vaticano II, mas sustenta que essa crise não é culpa do Concílio em si, mas de uma hermenêutica defeituosa, de uma interpretação incorreta dos textos.

A hermenêutica da continuidade foi a bússola que guiou os pontificados de João Paulo II e Bento XVI ao longo de nada menos que 35 anos, entre 1978 e 2013. Mas, nesses 35 anos, apesar dos esforços de ambos os Papas e dos Bispos que atuavam na mesma linha, a hermenêutica da continuidade não conseguiu deter o processo de auto-demolição da Igreja, denunciado desde 1968, cinquenta anos antes, por Paulo VI. E não conseguiu

detê-lo porque é impossível deter um processo histórico com um debate hermenêutico. Se nos últimos cinquenta anos não se impuseram os partidários da hermenêutica da continuidade, mas os da descontinuidade, é porque os primeiros se iludiram com a possibilidade de limitar o debate ao plano hermenêutico, à interpretação dos documentos, enquanto os partidários do segundo não prestaram atenção aos textos e avançaram no terreno da práxis, em coerência com o espírito do Concílio, que declarou a primazia da pastoral, isto é, da práxis, sobre a doutrina. Em essência, o Concílio Vaticano II significou o triunfo da pastoral sobre a doutrina, a transformação da pastoral em teologia da práxis e a aplicação da filosofia da práxis marxista na vida da Igreja.

A renúncia de Bento XVI, em 11 de fevereiro de 2013, significa, na minha opinião, o fracasso de sua tentativa de separar a práxis pós-conciliar do Concílio Vaticano II, isolando os textos deste da história: é o fracasso da hermenêutica da continuidade.

O Papa Francisco personifica a tese contrária à de Ratzinger. A ele não interessa o debate teológico nem o hermenêutico. Francisco representa o Concílio em ação, o triunfo em sua pessoa da pastoral sobre a teologia. Entre o Concílio e o Papa Francisco não houve, portanto, nenhuma ruptura, mas continuidade histórica. Francisco é o fruto maduro do Concílio Vaticano II.

Sem dúvida alguma, o pontificado de Francisco significou uma mudança de paradigma, como afirma acertadamente Ureta. Mas, na minha opinião, o ponto de inflexão destes cinquenta anos não é o pontificado de Francisco, mas a reação que suscitou esse pontificado entre os católicos de todo o mundo. O pontificado francisquista, precisamente por ser desastroso, colocou em evidência que na Igreja reina uma crise que de outro modo teria passado despercebida, mas que provocou uma reação.

Essa reação se manifestou por meio de várias iniciativas:

Em 2015, uma coalizão de associações de leigos recolheu, sob o título de Súplica Filial, assinaturas de fiéis, que pediam um esclarecimento sobre os problemas formulados pelo Sínodo Extraordinário da Família. Essa súplica recebeu o silêncio como resposta.

Em 2016, quatro Cardeais apresentaram ao Papa Francisco cinco *dubia* relativos ao capítulo 8 da Exortação *Amoris Laetitia*. Novamente, o silêncio foi a resposta.

Em 2017, 40 intelectuais, número que mais tarde aumentou para 250, dirigiram a Francisco uma correção filial, acusando-o de propagar erros e heresias na Igreja. Uma vez mais, a correção caiu em ouvidos moucos.

E em 2018, o Arcebispo Carlo Maria Viganò tornou pública a existência de uma rede de corrupção na hierarquia eclesiástica, comprometendo todos os responsáveis, a começar pelo Papa Francisco, cuja demissão foi pedida pelo Arcebispo. Esse documento também foi esmagado pelo silêncio.

Todas essas iniciativas tiveram enorme repercussão, e todas receberam o silêncio como resposta. Um silêncio que confirma dramaticamente a verdade das acusações.

A *Igreja que escuta* do Papa Francisco escuta todos menos quem é fiel à integridade do Evangelho e ao Magistério perene da Igreja. Para falar dos seus opositores, Francisco emprega a mesma linguagem que Lenin ao falar sobre os seus.

No último dia 03 de setembro, em Santa Marta, comparou os seus críticos com uma matilha de cães selvagens. O escritor Marcello Veneziani comentou o fato com estas palavras, no diário *Il tempo* do dia 05 do mesmo mês: “Não Santidade. Um Papa não pode chamar o próximo de cão selvagem, muito menos o católico, o cristão, o crente. De cães os islamitas qualificam pejorativamente os infiéis e os cristãos. Até os mais impiedosos terroristas foram chamados pelos Pontífices anteriores a Francisco de *homens das Brigadas Vermelhas* e

homens do ISIS – nunca de cães. Não é digno de um Santo Padre rebaixar-se a utilizar termos tão rancorosos”.

Não nos inquieta a qualificação de cães. A Sagrada Escritura chama de cães mudos os pastores que deixam de latir e dormem (Is. 56, 11). Gloriamo-nos de ser *Domini canes*, cães do Senhor, que ladram durante a noite para romper o silêncio. São Gregório Magno escreve em sua *Regra pastoral* que os maus pastores “por medo de perder o favor dos homens não se atrevem a dizer livremente a verdade, e fogem quando aparece o lobo, refugiando-se no silêncio. O Senhor os repreende por meio do profeta, dizendo: ‘Todos são cães mudos que não podem latir’” (Is. 56, 10).

Hoje os pastores mudos ameaçam os cães: “Ao acusar Francisco, acusa os Papas que o precederam, porque as imputações que levanta contra ele vêm deles”. No seu último livro, *O dia do juízo*, o vaticanista Andrea Tornielli não nega as revelações do Monsenhor Viganò sobre a corrupção do Cardeal Theodore McCarrick e sobre a ampla difusão da imoralidade no interior da Igreja; mas, como o seu objetivo não é tanto refutar Viganò como salvar Francisco, faz como o jogador de cartas que sobe a aposta diante de uma dificuldade: se o culpado é Francisco – afirma -, mais responsável são os seus predecessores Bento XVI e João Paulo II, sob cujos pontificados se difundiu a corrupção.

Não nos incomoda a acusação, e se ficasse provada a responsabilidade de João Paulo II e Bento XVI na decadência moral e na difusão dos erros nas últimas décadas, não temeríamos reconhecê-la, porque buscamos acima de tudo a verdade.

A Igreja não tem medo da verdade, porque a Igreja é a verdade. A Igreja é a verdade, porque é divina, e porque anuncia ao mundo a verdade de sua Cabeça e Fundador, Jesus Cristo. Ele mesmo disse: *Ego sum via, veritas et vita* (Jo. 14, 6). Por isso, não nos assusta dizer a verdade sobre a profunda crise

doutrinal e moral que atravessa a Igreja.

O amor à verdade nos impulsiona a afirmar que é hipocrisia limitar os escândalos à pedofilia, como farão os presidentes das conferências episcopais que irão se reunir com Francisco, em Roma, no próximo dia 21 de fevereiro, sem prestar atenção à praga de homossexualidade, que não é apenas um vício contra natura, mas inclusive uma estrutura de poder dentro da Igreja. E também é hipocrisia limitar-se a denunciar os escândalos morais sem remontar às suas raízes doutrinárias, que estão nos anos do Concílio e do pós-concílio.

Se os cinco anos de pontificado de Francisco podem ser qualificados de calamitosos, como vamos negar o direito de qualificar como catástrofe o processo de auto-demolição da Igreja que está chegando às suas últimas consequências?

Chegou o momento da verdade. E a verdade que se faz patente aos nossos olhos é o fracasso de um projeto pastoral que não é só do Papa Francisco, mas do Concílio Vaticano II. Esse Concílio anunciou uma grande reforma pastoral para purificar a Igreja, e aconteceu o contrário: resultou em uma corrupção sem precedentes da fé e da moral, porque chegou ao ponto de não só entronizar a homossexualidade entre as mais altas hierarquias eclesiais, mas de permitir que ela seja publicamente defendida e teorizada.

O balanço dos cinco anos do pontificado de Francisco é também o fracasso de uma mudança de paradigma, que é, por sua vez, o fracasso de um projeto pastoral.

Os bordões preferidos do Papa Francisco são as palavras *sinodalidade* e *periferias*. A sinodalidade significa a transferência da autoridade da cúpula para a base: uma revolução horizontal que descentraliza e desterritorializa a Igreja. No entanto, nas últimas semanas, a Santa Sé negou a primazia da sinodalidade e das periferias ao interferir energicamente para impedir que os Bispos dos Estados Unidos

publicassem orientações transparentes sobre o tema dos abusos sexuais. Essa intervenção significa igualmente uma traição contra a limpeza da Igreja em nome da qual Francisco havia pedido aos Cardeais americanos que votassem nele.

É nos Estados Unidos onde na atualidade se eleva a voz para a fidelidade à lei do Evangelho. O pontificado de Francisco está em descontinuidade com a Tradição da Igreja, que embora acusada de farisaísmo, de imobilidade e de legalismo, não sufocou a chama da Tradição na Igreja. Pelo contrário, nunca como nos últimos cinco anos se viu um reavivamento da Tradição entre os jovens e não tão jovens assim, entre os leigos e o clero, que no centro e nas periferias, nos seminários e em blogs, redescobrem a cada dia a verdade perene da Fé e dos ritos tradicionais da Igreja e estão dispostos a defendê-los com a ajuda de Deus.

Hoje começa a novena da Imaculada Conceição, que nos introduz em uma das festas mais belas da Liturgia católica. Aos pés da Virgem, nós, filhos de Eva, feridos pelo pecado original, proclamamos com imensa confiança em Maria: *Tota pulchra es Maria et non est in te macula.*

Do mesmo modo, nós, membros de uma Igreja doente em sua parte humana, desfigurada pelos erros e pecados dos homens que a governam, mas imaculada em sua essência, proclamamos: *Tota pulchra es Ecclesia et non est in te macula.* A Igreja é belíssima, e nela não há mancha, pecado nem erro algum. A Santa Igreja Romana, una, santa, católica e apostólica, é nossa Mãe e segue nutrindo-nos com os seus sacramentos e protegendo-nos com o escudo de sua doutrina, enquanto, com a ajuda de Deus, nos esforçamos para defendê-la de todos os inimigos externos e internos que a ameaçam. O Imaculado Coração de Maria triunfará.